

INDICADORES SOCIAIS: CONTEXTO SOCIAL E BREVE HISTÓRICO

Salvatore Santagada*

Introdução

Dentro da ampla gama de questões que os indicadores sociais provocam, no presente artigo busca-se examinar, em primeiro lugar, o contexto sócio-econômico que originou a sua construção e o debate sociológico que os envolve e, em segundo lugar, dar um breve histórico em níveis internacional e nacional desse processo.

O texto tem um caráter informativo, e vale chamar atenção para o fato de que não procura esgotar o assunto em questão. As obras consultadas são as que sistematizam a história dos indicadores sociais e reproduzem as opiniões dos seus precursores.

O contexto social

O modelo de acumulação capitalista que se formou nos centros hegemônicos (EUA, Canadá, Japão e Europa Ocidental) após a Segunda Guerra Mundial até meados da década de 60 tem características que o distingue das fases de evolução anteriores do sistema. Nesse período de expansão do capitalismo, constituiu-se um padrão de acumulação que combinava fortes ganhos de produtividade com crescimento do salário real. Essa forma de estruturação do sistema pressupõe, de um lado, um regime de acumulação que se norteia pelo princípio da política econômica keynesiana e, de outro, mecanismos institucionais de regulação sócio-econômica que articulam classes e grupos sociais no interior do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

O *Welfare State* utilizou o modelo de sociedade contratual e redistributiva. Durante a fase de expansão da economia, foi possível legitimar a acumulação capitalista sem deixar transparecer o conteúdo antagônico das classes sociais. Os trabalhadores tiveram conquistas concretas no campo social, as quais se refletiram na melhoria de seu padrão de vida, mormente nos países avançados.

De acordo com Altvater (1983), a crise econômica do capitalismo no final dos anos 60 manifestou-se, para o Estado, inicialmente como crise fiscal, e isso dificulta o cumprimento das tarefas de política social. Como consequência, temos uma desmontagem e uma remontagem do *Welfare State*; logo, os fundamentos da existência do Estado de Bem-Estar ficam enfraquecidos e também em crise.

* Sociólogo da FEE.

Buci-Gluckmann e Therbon (1983) periodizam a crise do "Estado Keynesiano" identificando o seu início em 1965; apontando uma aceleração cultural e política entre 1968 e 1970 e uma predominância econômica desde 1974.

Esse é o contexto mais geral que marca o capitalismo e abala "(...) o modelo político tradicional do conjunto formado pelo Estado Keynesiano intervencionista, pelo 'Welfare State' e pela democracia social" (ALTVATER, 1983, p.18).

Os Estados Unidos, onde os indicadores sociais apareceram pela primeira vez de forma oficial na década de 60, conforme Altmann (1981), registrou um período bastante conturbado em sua trajetória, marcado por fatos importantes, tais como o assassinato do Presidente Kennedy, a participação na Guerra do Vietnã e os movimentos de protesto protagonizados pelos negros, "chicanos" e porto-riquenhos.

Os sociólogos norte-americanos foram conclamados a analisar as causas dos conflitos sociais; a análise econômica não explicava a contento o paradoxo entre o crescimento econômico e as reivindicações sociais não atendidas.

A teoria sociológica utilizada na construção dos indicadores sociais e no estudo das "disfunções" do sistema foi aquela montada durante o período do *Welfare State* e do crescimento industrial sem precedentes.¹ Conforme Altmann (1981, p.189), "(...) a maioria dos estudos teóricos e empíricos sobre mudança social foi dirigido ao problema da 'modernização' e do desenvolvimento industrial".² Segundo o autor, essa nova orientação teve início nos Estados Unidos e, posteriormente, foi transposta para a América Latina. A partir desse contexto, o autor afirma que na origem dos indicadores sociais está a teoria sociológica da "modernização" (a meta a ser alcançada é a sociedade moderna), que é uma cópia do "funcionalismo" americano. Para Megale (1976, p.669), "(...) numa visão funcionalista, os indicadores sociais são elementos de promoção ou afirmação do sistema, sem atingir a estrutura do mesmo".

As transformações sociais ocorridas no Pós-Guerra acarretaram, como já foi visto, grandes mudanças nas sociedades dos países capitalistas avançados. Os trabalhadores ampliaram o leque de sua participação nos frutos da expansão econômica, facilitando para os ideólogos da sociedade capitalista a explicação das contradições nela existentes. A resultante é uma análise funcionalista que realiza uma apologia do sistema, dado que o método funcionalista valoriza os processos sociais recorrentes que contribuem para o equilíbrio e a integração social.

A equipe do IBGE, encarregada de elaborar os indicadores sociais (Indic. Soc., 1979), identifica a ótica funcionalista dos trabalhos em indicadores sociais quando diz que, na sua origem, estes estabeleciam uma relação entre conhecimento e controle social e tinham como orientação, num primeiro momento, investigar os aspectos "dysfuncionais" ou "patológicos" do sistema. O suporte básico desses primeiros trabalhos adota o sistema de valores das chamadas teorias do bem-estar social³, onde a

¹ "Em larga medida, o seu desenvolvimento [da sociologia norte-americana] seria estimulado e sustentado pelo 'Estado de Bem Estar Social', que passou a utilizar os conhecimentos sociológicos para implementar a sua política de conservação da ordem existente." (MARTINS, 1986, p.84).

² Kennet Land apud Altmann (1981, p.109) aponta os seguintes estudos que têm por tema a modernização e o desenvolvimento: Bendix; Moore; Moore e Feldman; Rostow; Smelser; Cancian; Darenford; Lockwood; Parsons.

³ Uma exposição sobre as teorias do bem-estar social é feita por Faleiros (1985) no Capítulo 1.

sociedade é o resultado do consenso entre os homens e se reconhece o Estado como o árbitro do bem-comum. Segundo a equipe do IBGE (Indic. Soc., 1979), deve-se estar atento à noção de bem-estar social, que, muitas vezes, é associada à idéia de somatório do bem-estar dos diferentes indivíduos, descartando, dessa forma, o fato de que a sociedade é composta por interesses antagônicos.⁴

Contexto histórico

A expressão "indicadores sociais" surgiu nos EUA, em 1966. Foi veiculada em uma obra coletiva por Raymond Bauer e chamada *Social Indicators*. A finalidade desse estudo era avaliar os impactos da corrida espacial na sociedade americana. A observação da mudança da sociedade em termos sócio-econômicos, dada a precariedade dos dados existentes, só pôde ser contornada por Bauer e seus colegas através da construção de indicadores de caráter social; isso permitiu uma análise aprofundada do conjunto das condições sociais, políticas, econômicas e teóricas (ALTMANN, 1981).

Nesse mesmo ano de 1966, o Pesquisador Daniel Bell, em relatório da National Commission on Technology and the American Economy, Capítulo IX, fez proposições relativas à elaboração de uma "contabilidade social"; isto é, sem falar diretamente em indicadores sociais, a eles faz menção ao propor um sistema de "cômputos sociais". Essa foi a primeira proposta ligada aos indicadores sociais a ser referendada por um órgão do governo (ALTMANN, 1981).

O Presidente Lindon Johnson, em março de 1966, destinou ao Ministério da Saúde, Ensino e Ação Social a missão de "(...)construir novas estatísticas sociais que permitissem acompanhar o modo como a coletividade realiza os objetivos a que se propõe" (Indic. Soc. RS, 1975, p.149).

No Governo Nixon, em julho de 1969, foi criado o National Goals and Research Staff (Serviço Nacional de Objetivos e Pesquisa), com o propósito de elaborar, a cada ano, um relatório sobre o estado social da nação. A partir dos dados estatísticos, haveria uma quantificação dos indicadores sociais e essas informações espelhariam a "qualidade de vida" norte-americana. Pela primeira vez, aparece a vinculação da qualidade de vida com os indicadores sociais (ALTMANN, 1981; Indic. Soc. RS, 1975).

Dentre a produção na linha dos indicadores sociais, duas obras sobressaem e podem ser apontadas como marcos de referência na trajetória dos indicadores: os dois volumes especiais de *The Annals*, coletânea de 21 artigos publicados em 1967, com organização de Bertrand Gross, que provocou debates no meio acadêmico e no Congresso norte-americano. Esses estudos serviram de subsídios para a elaboração, em janeiro de 1969, de outra obra expressiva, o *Toward a Social Report*, que vincula os indicadores com a temática do planejamento governamental (ALTMANN, 1981; Indic. Soc., 1979).

⁴ Para Godelier (s.d., p.54), é preciso demonstrar que o interesse do capitalista coincide com o do trabalhador e o de toda a sociedade.

"Esta demonstração (...) é empreendida pelas teorias do equilíbrio geral e do bem-estar."

A ligação existente entre a esfera do planeamento governamental e a construção dos indicadores sociais acarretou uma demanda crescente destes, fato que ultrapassou as fronteiras americanas.

As observações críticas referidas ao uso da expressão "bem-estar social" são válidas também para ilustrar o uso dos indicadores sociais na área do planeamento, pois:

"(...) o planeamento é, em todas suas fases, essencialmente um ato político, cuja racionalidade só pode ser analisada à luz dos interesses, objetivos e aspirações dos diferentes grupos ou camadas da população que não tendem necessariamente a uma situação de equilíbrio consensual." (RATTNER, 1977, p.23).

O planeamento não é neutro, e, como afirma Costa (1975, p.173), "(...) a atividade do cientista social e do planejador está referida sempre a um sistema de valores (...)", e são estes valores que determinarão o quê e para quem planejar.

Desde o fim da década de 60, vários organismos mundiais e regionais têm participado do esforço de estudar os indicadores sociais, podendo-se citar, dentre eles, a Organização das Nações Unidas (ONU)⁵ e seus organismos especializados, bem como o ex-Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECOM), a Comunidade Económica Europeia (CEE), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Instituto Interamericano de Estatística (ONU, 1978).⁶

A partir da década de 70, apareceram ou foram planejados em vários países uma série de compêndios de estatísticas sociais e de indicadores sociais; em 1970, **Social Trends** na Inglaterra; em 1973, **Données Sociales** na França, **Social Indicators** nos EUA e **Gesellschaftliche Daten** na Alemanha; e, em 1974, **Social Indicators of Japan** e **White Paper on National Life** no Japão, entre outros.⁷

A investigação no campo dos indicadores sociais realizada por organismos governamentais e não governamentais tem buscado aprofundar a vinculação dos indicadores sociais com os princípios que nortearam o seu surgimento, ou seja, servir de instrumento para o planeamento governamental, bem como superar as análises estritamente económicas. Agora, as condições sociais fazem parte do rol de preocupações não só dos especialistas, como também dos governos.

A "qualidade de vida" ou seja o "bem-estar" assume um papel importante, juntamente com o enfoque económico, para responder como anda o "estado social da Nação".

Entidades e pesquisadores internacionais, conforme a análise de 10 exemplos estudados por Zapf (1975), desenvolvem sistemas de indicadores sociais para tornar

⁵ Os antecedentes históricos dos trabalhos da ONU sobre um marco de integração das estatísticas sociais, demográficas e afins com os indicadores sociais pode ser encontrado em ONU (1979, p.100-1). Os estudos sobre a integração das estatísticas sociais e sobre os indicadores sociais aparecem nas seguintes publicações: ONU, 1975; ONU, 1978; ONU, 1979; e ONU, 1979a.

⁶ Os temas incluídos nos estudos internacionais (ONU; COMECOM; CEE e OCDE) sobre indicadores sociais encontram-se tabulados no Anexo 1 da publicação ONU (1978, p.51-58).

⁷ O estudo da ONU (1979, p.166-169) apresenta uma listagem das publicações por países, títulos da publicação, órgão que realiza a publicação, ano da primeira edição e sua periodicidade.

A profusão de trabalhos na área de indicadores sociais e sua respectiva aceitação pode ser exemplificada com o levantamento bibliográfico realizado por Wilcox apud Calsing (1981) em 1972, onde o autor apontou mais de 1.000 livros e artigos publicados sobre o tema.

operacional e mensurável o bem-estar. Dentre essas pesquisas encontra-se a proposta da ONU (1975) para a construção de um sistema de estatísticas sociais e demográficas.

Inseridos na linha temática de análise do bem-estar, serão comentados como exemplos inovadores três tipos de indicadores sociais.

O primeiro é a taxa de mortalidade de menores de cinco anos (TMM5), que representa o número de crianças que morrem antes dos cinco anos por 1.000 nascidas vivas. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) elegeu o TMM5 como o melhor indicador social do desenvolvimento de um país (Situação Mundial...1989, s.d). Esse indicador é utilizado pela UNICEF para medir níveis e alterações relacionadas ao bem-estar da criança; serve também para definir a ordem em que os países estão classificados nas tabelas estatísticas que acompanham o relatório **Situação Mundial da Infância**.

Além desse, outros dois novos indicadores sociais foram criados pela ONU, são eles: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (GALL, 1990) e o Índice da Liberdade Humana (ILH) (ONU, 1991). Ambos foram preparados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a fim de serem publicados anualmente.

A construção do IDH (1990) incorporou os indicadores de esperança de vida ao nascer, grau de alfabetização dos adultos e poder real de compra da renda *per capita* de cada país. O IDH é utilizado na publicação **Desenvolvimento Humano: Informe 1990**, e, segundo Gall (1990, p.5),

"(...) nele se qualifica a condição humana e se classifica os países em função de seu êxito em remediar as necessidades humanas. (...) o resultado é um panorama novo e objetivo de como as vidas dos seres humanos se vêem enriquecidas ou empobrecidas em todo o mundo, tanto nos países ricos como nos países pobres."

O Dr. Mahbub ul Haq, ex-Ministro de Finanças e Planificação do Paquistão, que dirigiu e elaborou o informe, diz que o estudo suscitará numerosas controvérsias, como aquelas levantadas na década de 40 em relação à idéia do Produto Nacional Bruto (PNB), entretanto, ao incorporar opções humanas distintas da renda, representa um avanço na direção correta (HART, 1990, p.13).

O ILH (ONU, 1991) classifica os países de acordo com o grau de liberdade de seus povos, utilizando como critério a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras convenções internacionais. O administrador do PNUD, Sr. William Draper, afirmou que: "Embora a liberdade seja difícil de quantificar ou medir, nenhuma avaliação de desenvolvimento humano pode ser feita sem incluí-la" (ZH, 23.5.91, p.19).

Os indicadores sociais no Brasil

Os indicadores sociais, como foi visto, tiveram uma boa aceitação desde seu surgimento e estão inseridos no planejamento governamental da maioria dos países.

No caso brasileiro, é relativamente recente o uso de indicadores sociais como instrumento de planejamento, pois a intenção de criar um sistema de indicadores sociais só ocorreu em 1975.

O aspecto social recebeu ênfase, a nível governamental, a partir de 1964, mas não encontrou correspondência nos atos efetivos da política social vigente. Existia, no período, uma identificação do controle social com o planejamento social; para Altmann

(1981), o planejamento é utilizado ideologicamente em decorrência do desaparecimento da participação social de base.

No início dos anos 70, o crescimento econômico brasileiro foi bastante significativo; entretanto não acarretou uma melhoria da distribuição da renda e nem a diminuição da pobreza absoluta. Oliveira (1985) diz que, no Brasil, ocorreu uma regulação keynesiana sem direitos sociais, forma distinta daquela verificada nos países avançados. O autor identifica o Brasil com o "Estado de Mal-Estar", onde existe crescimento econômico sem uma contrapartida em nível da participação democrática e dos benefícios sociais.⁸

O Governo brasileiro, no período entre 1975 e 1979, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), reconhece o agravamento da problemática social e propõe uma política de redução das desigualdades sócio-econômicas (SUDENE, 1980).

Em 1974, havia sido criado o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) para conduzir a política social e, em 19.06.75, em cumprimento às diretrizes do II PND, o CDS propôs a

"(...) construção de um sistema de indicadores sociais e de produção periódica da informação necessária à sua alimentação, [tentando] consolidar e articular diversas metodologias, entre as quais aquela recomendada pela ONU, na série de documentos sob o título geral de **A System of Demographic and Social Statistics and its Link With the System of National Economic Accounts** (Conselho Desenv. Social, 1975, p.98)⁹. O objetivo dos indicadores sociais era o de fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento social¹⁰, sendo que a prioridade seria dada aos indicadores destinados a medir as variações nos níveis de bem-estar material, em especial dos grupos que estavam em situação de "pobreza absoluta" (Conselho Desenv. Social, 1975). Com esse documento, pela primeira vez o termo indicadores sociais aparece de forma oficial no Brasil.

O IBGE ficou encarregado da organização e do funcionamento do Sistema de Indicadores Sociais. Em data anterior (1973), essa instituição já havia criado internamente o Grupo Projeto de Indicadores Sociais.¹¹

⁸ "Nos países pobres periféricos não existe o *Welfare State* nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal(...)" (FALEIROS, 1986, p.28). A partir da Constituição de 1988, foram criadas condições para a ampliação e a extensão dos direitos sociais, bem como a universalização do acesso e a expansão da cobertura (WINCKLER, MOURA NETO, 1992, p.114).

⁹ Esse documento é de abril de 1972 e faz parte de uma série de estudos elaborados pelo Escritório de Estatísticas das Nações Unidas, que culminou com o trabalho intitulado *Hacia un sistema de estadísticas sociales y demograficas de 1975* (ONU, 1979a).

¹⁰ O acompanhamento institucional das políticas públicas é realizado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)/Instituto de Planejamento (IPLAN). A Universidade de Campinas (UNICAMP), através do seu Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, publicou, em 1986, seu primeiro volume de um trabalho anual sobre a situação social do País (UNICAMP, 1986).

¹¹ O IBGE, através dos censos, propicia "(...) importantes subsídios aos órgãos de análise e planejamento econômico (Contas Nacionais) e dos Indicadores Sociais"(SILVA, 1989, p.40) e mantém pesquisas contínuas em indicadores sociais no seu Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais (DEISO).

A nível regional, em novembro de 1973, aparece de forma pioneira no Rio Grande do Sul a revista **Indicadores Sociais — RS**¹², elaborada, num primeiro momento, pela Superintendência de Planejamento Global (SUPLAG) e, posteriormente, pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), ambos os órgãos vinculados à Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado.

A SUDENE, através da Divisão de Estudos e Diagnósticos de sua Coordenação de Planejamento Regional (CPR), incentivou a construção de indicadores sociais para a Região Nordeste, sendo que os estudos tiveram início em 1974, com trabalhos sobre a qualidade de vida. A CPR preparou uma série de estudos para dar suporte à estrutura do Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS), sendo o primeiro deles *Proposições Preliminares de Qualidade de Vida e Indicadores Sociais para o Nordeste* (SUDENE, 1975). O documento SIRIS, elaborado em 1980, apresenta o modelo analítico operacional do sistema do mesmo nome, e o seu anexo contém um painel de indicadores sociais com suas especificações metodológicas (SUDENE, 1980).

Vários estados da Federação (Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe)¹³ desenvolvem — ou já desenvolveram — trabalhos com base na temática dos indicadores sociais, na maioria das vezes vinculados às suas respectivas secretarias de planejamento. Instituições a nível ministerial também publicam dados e/ou estudos nessa mesma linha de interesse, tais como os Ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho, da Previdência Social, das Minas e Energia, da Economia, etc. Além do trabalho efetuado pelos órgãos de investigação governamental, pesquisadores independentes realizam estudos e/ou utilizam-se dos indicadores sociais em suas análises. Para exemplificar, têm-se Bacha e Klein (1986), Jaguaribe et al (1986), Rodrigues et al (1987) e Santos (1990).

No Brasil, o debate sobre a medição do bem-estar social da população pode ser acompanhado nos estudos de Calsing et al (1984) e Cervini e Burger (1985).¹⁴

A proposta desses autores é diferente daquela que utiliza indicadores tais como Produto Nacional Bruto *per capita*, renda média pessoal e renda familiar *per capita*, que são do tipo monetário (CERVINI, BURGER, 1985).

Os autores afirmam que existe um interesse internacional de inclusão dos indicadores sociais na análise do bem-estar da população e também no nível de desenvolvimento de países ou áreas geográficas. Entretanto alertam que existe uma tendência muito acentuada nesses estudos para o uso de indicadores sociais "objetivos" em detrimento de outros tipos de medições consideradas mais "subjetivas" (CERVINI, BURGER, 1985).

Os autores utilizam a técnica de análise dos componentes principais "(...) para obter uma medida única do bem-estar da população a partir de um conjunto de indicadores considerados relevantes para tal fim" (CERVINI, BURGER, 1985, p.85)¹⁵,

¹² A partir de 1977, após cinco números consecutivos de publicação, essa revista deixou de ser elaborada. Entretanto a FEE continuou a produzir análises que fazem uso dos indicadores sociais, e, em 1991, foi proposto um projeto de pesquisa denominado Indicadores Sociais selecionados para o Rio Grande do Sul (LIMA, 1992), em fase de elaboração.

¹³ Para examinar as experiências a nível estadual, consultar SUDENE (1980, p.18-9).

¹⁴ Para uma seleção preliminar dos trabalhos e seminários sobre os indicadores sociais e qualidade de vida no Brasil, ver Calsing et al (1984, p.58-59).

¹⁵ Os autores que usaram essa técnica são: Coughlin; Smith; Cullingford e Openshaw (CERVINI, BURGER, 1985, p.85).

para "(...) estabelecer um ordenamento das diversas áreas do Nordeste em termos de satisfação das necessidades, bem como inferir uma idéia dos graus de desigualdade intra-regional subsistente" (CERVINI, BURGER, 1985, p.85).

No Brasil, essa técnica foi aplicada por Faissol e por Buarque e Correa para ordenar e/ou tipificar cidades e, para municípios, por Castro e Medeiros (CERVINI, BURGER, 1985, p.85). No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Coordenação e Planejamento (RS. SCP, 1981) também se utilizou dessa técnica para ordenar as cidades segundo níveis crescentes de pobreza urbana, enquanto Fachel (1982) o fez para descrever a estrutura social urbana de Porto Alegre. Rocha (1990), lança mão do método dos componentes principais para obter uma medida sintética ordinal da qualidade de vida dos pobres nas nove regiões metropolitanas brasileiras.

Sliwiany (1987) elaborou a proposta Medição de Nível de Satisfação das Necessidades Materiais e Culturais da População em Curitiba, que foi desenvolvida através de um convênio entre o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). O método utilizado pela autora foi o chamado Método Distancial ou Genebrino, que serve para a "(...) análise dos efeitos sociais em que se considera um conjunto de variáveis denominado medidores dos benefícios sociais do nível de vida" (SLIWIANY, 1987, p.18).

Os estudos de Cervini e Burger (1985), Sliwiany (1987) e Rocha (1990), entre outros, propõem um melhoramento da medição do bem-estar ou da qualidade de vida, através do aprofundamento qualitativo das abordagens realizadas.

A partir da divulgação do Índice Nacional de Desenvolvimento Humano pela ONU, pesquisadores brasileiros elaboraram estudos usando como referência a metodologia do IDH.

Durante o desenvolvimento do III Fórum Nacional, debatendo sobre "A questão social no Brasil em 1990", dois economistas do IPEA, Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Renato Villela, apresentaram o trabalho **A situação social no Brasil, um balanço de duas décadas** (ALBUQUERQUE, VILLELA, 1991). Os autores construíram dois índices: o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR) e o Índice do Nível de Vida (INV). O primeiro índice segue o IDH com modificações, e o segundo combina em sua metodologia elementos empregados na construção do IDH e da adotada por Drewnowski para o cálculo do seu Índice do Nível de Vida (ALBUQUERQUE, VILLELA, 1991, p.73). Ambos os índices foram instrumentos para os autores realizarem o balanço da situação social brasileira no âmbito do País, das macrorregiões, dos estados¹⁶ e das regiões metropolitanas.

Outros estudos que seguem a metodologia da ONU são o de Rodrigues (1991, 1991a) e o da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAPE), órgão do Governo do Estado de São Paulo. Rodrigues constrói o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) para definir o grau de justiça social, enquanto o IDH mede, em cada país, o grau de realização individual. A FUNDAPE utiliza a metodologia da ONU, com indicadores sociais diferentes, para avaliar a qualidade de vida na Região Metropolitana de São Paulo (DIMENSTEIN, 1991, p.1-2).

¹⁶ O Rio Grande do Sul, conforme a análise de Albuquerque e Villela (1991, p.46), é o primeiro colocado e qualidade de vida, utilizando-se o IDH e o IDR por eles construídos.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, VILLELA, Renato (1991). A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, org. **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel. p.23-104.
- ALTVATER, Elmar (1983). O capitalismo em vias de recuperação? Sobre teorias da "onda longa" e dos "estágios". **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.5-30.
- ALTMANN, Werner (1981). A temática dos indicadores sociais e sua resultante atual: a qualidade de vida. **Indicadores Sociais de Sergipe**, Aracaju, v.3, p.187-204.
- BACHA, Edmar, KLEIN, Herbert S., org. (1986). **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2v.
- BUCI-GLUCKMANN, Cristine, THERBORN, Göran (1983). **O desafio social democrata**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CALSING, Elizeu F. (1981). Critérios para a construção de indicadores sociais. **Indicadores Sociais de Sergipe**, Aracaju, v.3, p.205-234.
- CALSING, Elizeu F. et al. (1984). **Situação sócio-econômica dos municípios: Estado de Sergipe**. Brasília: CNRH/UNICEF. (Instrumentos para a Ação, 1).
- CERVINI, Ruben Alberto, BURGER, Freda (1985). Ordenamento e desigualdades infra-regionais: o caso do Nordeste. In: CALSING, Elizeu F. et al. **Desigualdades sociais no Nordeste**. Brasília: CNRH/UNICEF. (Instrumentos para a Ação, 2).
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (1975). **Instituição do sistema de indicadores sociais**. (s.n.t.)
- COSTA, Tereza Cristina Nascimento A. (1975). Considerações teóricas sobre o conceito de indicador social: uma proposta de trabalho. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.36, n.142, p.167-176, abr./jun.
- DIMENSTEIN, Gilberto (1991). Campeonato de qualidade de vida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 dez. p.1-8.
- FACHEL, Jandyra M.G. (1982). Análises multivariada da estrutura social urbana de Porto Alegre. In: ENCONTRO DE DOCENTES DE ESTATÍSTICAS DA REGIÃO SUL, 1., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS. p.78-97.
- FALEIROS, Vicente de Paula (1986). **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense. 83p. (Coleção Primeiros Passos, 168).
- FALEIROS, Vicente de Paula (1985). **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez.
- GALL, Peter (1990). Lo verdaderamente importante. **Desarrollo Mundial**, New York, p.4-12, jun.
- GODELIER, Maurice (s.d.). **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 397p.
- HART, Cherie (1990). Génesis del informe del desarrollo humano. **Desarrollo Mundial**, New York, p.13-14.
- INDICADORES SOCIAIS (1979). Relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE. 441p.

- INDICADORES SOCIAIS RS (1975). Indicadores sociais: uma concepção em debate. Porto Alegre: FEE, n.3, p.149-158.
- JAGUARIBE, Hélio et al. (1986). **Brasil, 2000 - para um novo pacto social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 196p.
- LIMA, Décio A. et al. (1992). **Indicadores sociais selecionados para o RS**. Porto Alegre: FEE. (Série Delta, Doc. Interno FEE).
- MARTINS, Carlos B. (1986). **O que é sociologia**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense. 98p. (Coleção Primeiros Passos, 57).
- MEGALE, J.F. (1976). Indicadores sociais e realidade social. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 28., Brasília. **Resumos...** Brasília.
- ONU (1991). **Desarrollo humano: informe 1991**. Bogotá. (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD).
- ONU (1979). **Estudios sobre la integracion de estadísticas sociales y demográficas: informes técnicos**. Nueva York. 209p. (Estudios de Métodos, série F, 24).
- ONU (1975). **Hacia un sistema de estadísticas sociales y demograficas**. Nueva York. 209p. (Estudios de Métodos, série F, 18).
- ONU (1978). **Indicadores sociales: diretrizes preliminares y séries ilustrativas**. Nueva York. 150p. (Informes Estadísticos, série M, 63).
- ONU (1979a). **Principios y métodos para el mejoramiento de las estadísticas sociales en los países en desarrollo**. Nueva York. 102p. (Estudios de Métodos, série F, 25).
- OLIVEIRA, Francisco de (1985). Além da transição, aquém da imaginação. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.12, p.2-15, jun.
- RATTNER, Henrique (1977). Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.21-27.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento (1981). **Equipamentos públicos comunitários e urbanos**. Porto Alegre: FEE. 82p.
- ROCHA, Sônia (1990). Pobreza-renda e indicadores sociais como critérios complementares. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.4, p.67-88, dez.
- RODRIGUES, José Albertino et al. (1987). **Indicadores sociais**; versão 01/87. São Carlos: UFSCar. (mimeo).
- RODRIGUES, Maria C.P. (1991). O desenvolvimento social nas regiões brasileiras. **Ciência Hoje**, São Paulo, v.13, n.76, p.38-45, set.
- RODRIGUES, Maria C.P. (1991a). O índice do desenvolvimento social. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v.45, n.1, p.73-77, jan.
- SANTOS, Wanderley G., coord. (1990). **Que Brasil é este?** Manual de indicadores políticos e sociais. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais.
- SILVA, Lenildo F. (1989). A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a produção de estatísticas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, n.193, p.37-53, jan./jun.

- SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 1989 (s.d.). Brasília: UNICEF.
- SLIWIANY, Regina Maria (1987). **Estatística social: como medir a qualidade de vida.** Curitiba: Araucária Cultural. 108p.
- SUDENE (1975). **Proposições preliminares de qualidade de vida e indicadores sociais para o Nordeste.** (s.n.t.).
- SUDENE (1980). **Sistema regional de indicadores sociais (SIRIS).** Recife: Coord. Planej. Reg. 76p.
- UNICAMP (1986). **Brasil 1985: relatório sobre a situação social do país.** Campinas: NEPP. v.1.
- WINCKLER, Carlos R., MOURA NETO, Bolivar T. (1992). **Welfare state à brasileira. Indicadores Econômicos FEE,** Porto Alegre, v.19, n.4, p.108-150.
- ZAPF, Wolfgang (1975). **Les systèmes d'indicateurs sociaux: approches et problèmes. Revue Internationale des Ciencias Sociales,** n.3, p.507-529.
- ZERO HORA (23.5.91). **ONU divulga "índices da liberdade".** Porto Alegre. p.19.